



2.º REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES

Discussão Pública - Ficha de Ponderação

(Discussão Pública nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

N.º DO PROCESSO : 90/24DP2RPDM

NIPG : 2390/24

2. NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

| | |
|---|--|
| | Regulamento |
| X | Planta de Ordenamento I - Classificação e Qualificação do Solo |
| | Planta de Ordenamento II – Programação e Execução |
| | Planta de Ordenamento - Outra(s) |
| | Planta de Condicionantes |
| | Relatório Ambiental |

3. RESUMO DA EXPOSIÇÃO

"Solicito a alteração da parcela para atividades económicas uma vez que tenho a ampliação da indústria licenciada no local (processo 385/21LI). A obra encontra-se em fase de acabamentos. "

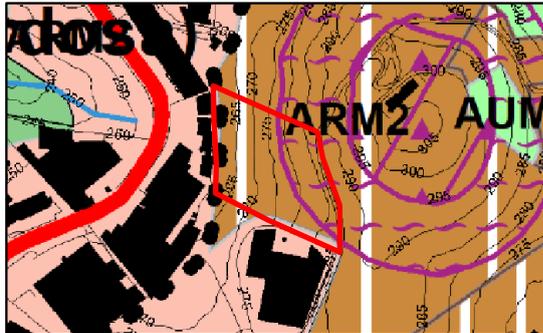
4. LOCALIZAÇÃO DA PARCELA | LOTE | PROPRIEDADE



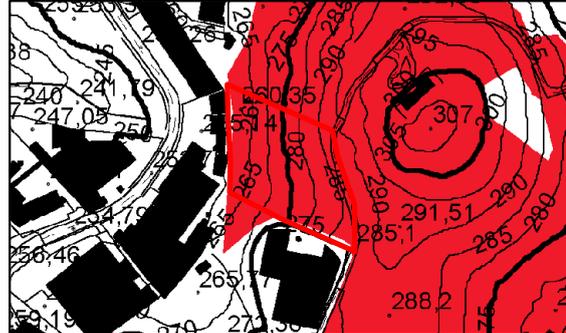


5. ENQUADRAMENTO DA PARCELA DO PDM EM VIGOR (PDM 2021)

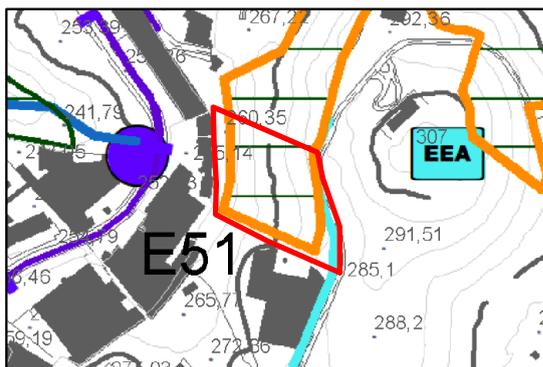
Planta de Ordenamento



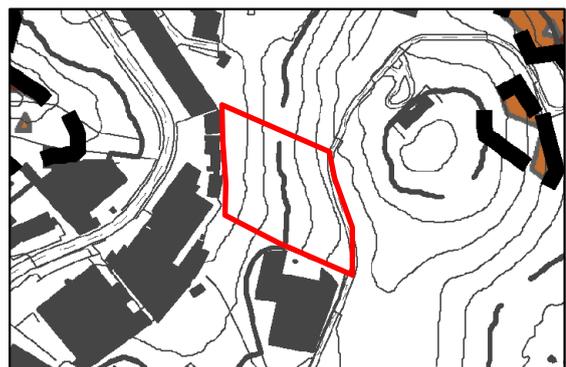
Planta Anexa à Planta de Ordenamento



Planta de Condicionantes



Planta Anexa à Planta de Condicionantes



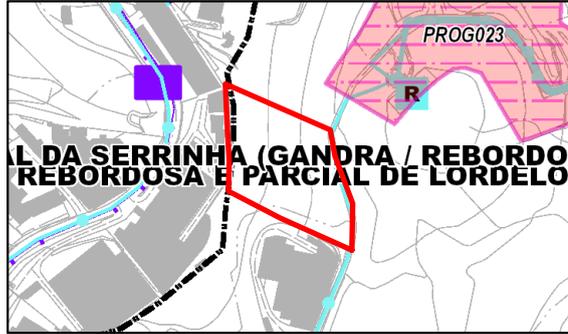


6. ENQUADRAMENTO DA PARCELA NA PROPOSTA DA 2.ª REVISÃO DO PDM

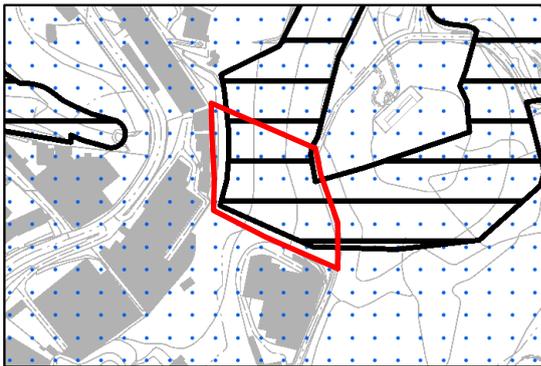
Planta de Ordenamento I



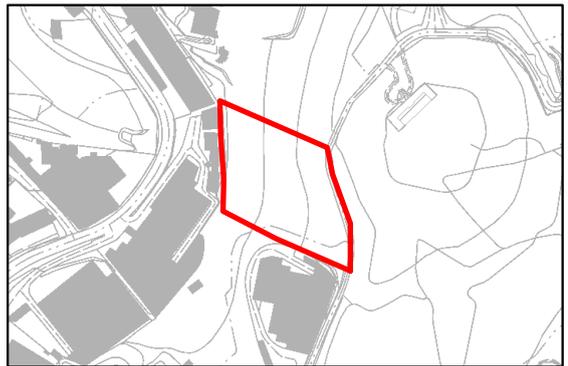
Planta de Ordenamento II



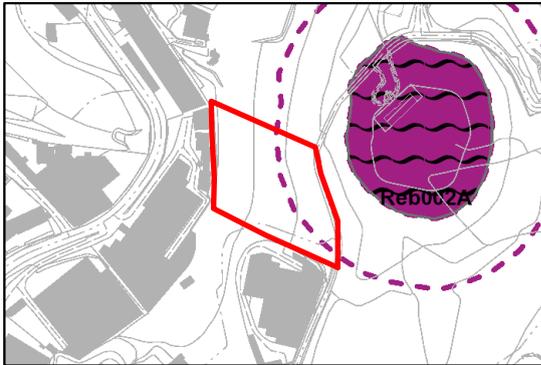
Planta de Ordenamento III



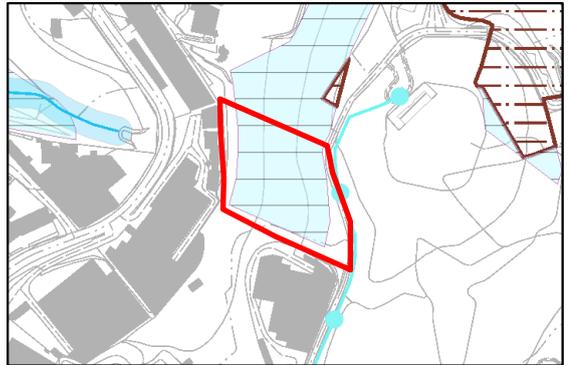
Planta de Ordenamento IV



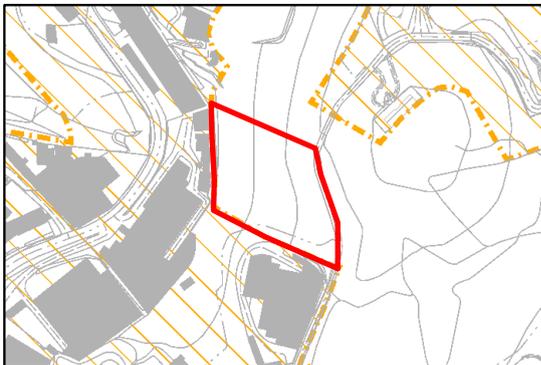
Planta de Ordenamento V



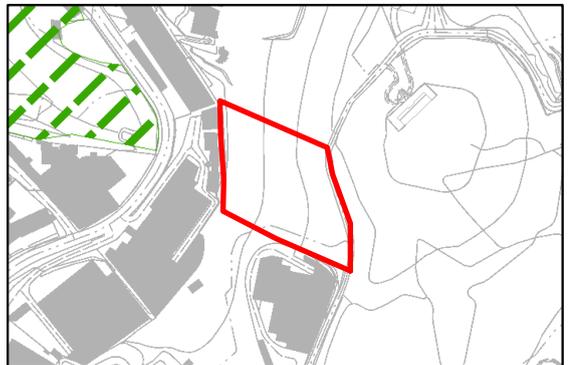
Planta de Condicionantes I



Planta de Condicionantes II



Planta de Condicionantes III





7. PONDERAÇÃO / ANÁLISE TÉCNICA

Da análise técnica da exposição, destaca-se as seguintes observações:

1. A classificação de solo urbano segue o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBPPSOTU), na redação atualizada, sendo “o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação”, e que cumpre cumulativamente os critérios descritos no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.
2. Trata-se de uma parcela inserida em Solo Urbano desde o PDM de 1.ª geração, publicado em 1994. Na proposta de revisão encontra-se inserida em Solo Rústico, com servidões e restrições de utilidade pública (Reserva Ecológica Nacional – REN).
3. Para o local existe uma operação urbanística – processo 385/21LI, que se conforma como uma preexistência nos termos do artigo 64.º do regulamento, não lesando a classificação da proposta de revisão os direitos adquiridos e juridicamente consolidados.
4. Face ao exposto, não existindo lesão dos direitos adquiridos, considerando a fase de revisão do plano e que a alteração se conforma como substancial, a pretensão não é acomodada.
5. Não obstante, caso se mostre necessário e adequado, na fase de execução do plano, a ampliação da Área de atividades Económicas (AAE), de acordo com o Decreto-Lei 10/2024, de 8 de janeiro, pelo aditado artigo 72.º-A ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com entrada em vigor a 4 de março de 2024, pode o Município recorrer ao expediente de procedimento simplificado de reclassificação dos solos, caso cumpra as disposições aí dispostas, designadamente não se localize em áreas sensíveis.

7. DECISÃO

| | | | |
|--|--------------------------|---|-------------------------|
| | Acomodado | | Previsto no Plano |
| | Parcialmente acomodado | | Fora do âmbito do Plano |
| | Pedido de esclarecimento | X | Não Acomodado |